

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 7903/2026

2. INTRODUÇÃO

2.1. O presente documento foi elaborado com base em estudo prévio de viabilidade técnica e econômica das alternativas de contratação, congregando os elementos necessários e suficientes, com grau de precisão compatível, para a adequada e inequívoca definição do objeto, possibilitando a consistente estimativa de custos e o delineamento das condições de execução.

2.2. Este Termo de Referência fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e do Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024, que a regulamenta no âmbito do Município, com a finalidade de instruir a ser deflagrado para **CONTRATAÇÃO DE CONJUNTO MUSICAL/BANDA ESPECIALIZADA EM RITMOS REGIONAIS, TAIS COMO MPB, GOSPEL, ROCK E SERTANEJO, CONTENDO, NO MÍNIMO, 05 (CINCO) MÚSICOS ESPECIALIZADOS NOS SEGUINTE INSTRUMENTOS: 01 (UM) BATERISTA, 01 (UM) CONTRABAIXISTA, 01 (UM) GUITARRISTA, 01 (UM) VIOLONISTA E 01 (UM) TECLADISTA OU SANFONEIRO**, visando atender às festividades culturais a serem realizadas no âmbito da 5ª edição da CAFÉCAU, no atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura – SEMC.

3. UNIDADE REQUISITANTE

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SEMC.**

4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO A CONTRATAÇÃO

4.1. Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos parágrafos subsecutivos:

- **LEI Nº 14.133/2021 – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;**
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2024 – REGULAMENTA A LEI DE LICITAÇÕES CONTRATOS EM ÂMBITO MUNICIPAL;**

- **INSTRUÇÃO NORMATIVA SLT/MPOG Nº 01 DE 19/01/2010** - DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65 DE 07 DE JULHO DE 2021** - DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73/2020** - DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2024/PMC** - DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, DE QUE TRATA A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E INSTITUI O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA, NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, AUTÁRQUICA E FUNDOS;
- **LEI Nº 8.078/1990** - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

5. OBJETO E OBJETIVO

5.1. OBJETO:

5.1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços artísticos musicais, mediante a disponibilização de conjunto musical (banda regional) completo, composto por, no mínimo, 05 (cinco) músicos profissionais, destinado à realização de ensaios técnicos, ao acompanhamento musical dos participantes do “FERCACAU” – Festival da Canção do Café e do Cacau, bem como à execução de apresentações musicais durante a programação oficial da 5ª edição da “CAFECAU – Semana Municipal do Café e do Cacau”, a ser realizada no período de 26 a 28 de junho de 2026, no Município de Cacoal/RO.

5.1.2. A contratação visa garantir suporte técnico, artístico e operacional às apresentações culturais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura – SEMC, observando-se os princípios da eficiência administrativa, da continuidade do serviço público, do interesse público e da valorização da cultura regional, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.3. A execução dos serviços deverá contemplar o acompanhamento musical dos candidatos classificados nas seguintes categorias:

- Gospel Regional;
- Popular Regional;
- Kids Regional.

5.1.4. Deverá, ainda, contemplar a realização de apresentações musicais próprias da banda contratada durante a programação oficial do evento.

5.1.5. A contratação encontra-se:

- Lei Municipal nº 4.770/PMC/2021, que institui a Semana Municipal do Café e do Cacau no Município de Cacoal/RO;
- Lei Municipal nº 5.491/PMC/2024 – “Lei do Artista da Casa”, que estabelece diretrizes de valorização dos artistas locais;

5.2. OBJETIVO:

5.2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar a adequada execução técnica, operacional e artística da programação cultural atinente à 5ª edição da CAFECAU e do FERCACAU, visando à consecução dos seguintes objetivos institucionais:

- I. incentivo e promoção das manifestações culturais locais e regionais;
- II. valorização dos artistas do Município e da região;
- III. fortalecimento da identidade cultural municipal;
- IV. estímulo ao turismo cultural;
- V. fomento à economia criativa;
- VI. promoção da integração social e do acesso ao entretenimento pela população.

5.2.2. A contratação do conjunto musical revela-se medida imprescindível para garantir a padronização técnica das apresentações, a qualidade artística dos espetáculos, o adequado alinhamento musical dos participantes do festival, bem como a regular continuidade das apresentações previstas no cronograma oficial do evento.

5.2.3. Busca-se, ainda, proporcionar suporte musical profissional aos candidatos participantes do festival, mediante a realização de ensaios prévios, acompanhamento técnico especializado e execução de apresentações artísticas compatíveis com os estilos musicais definidos na programação oficial da CAFECAU.

5.2.4. Outrossim, a presente contratação objetiva assegurar a efetividade das políticas públicas culturais do Município de Cacoal/RO, em estrita observância ao dever constitucional de promoção e incentivo à cultura, nos termos do art. 215 da Constituição Federal.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA E JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA

6.1. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE:

6.1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada execução técnica, artística e operacional da programação cultural da 5ª edição da “CAFECAU – Semana Municipal do Café e do Cacau” e do “FERCACAU – Festival da Canção do Café e do Cacau”, eventos oficialmente integrantes do calendário de ações culturais do Município de Cacoal/RO.

6.1.2. Trata-se de iniciativa de relevante interesse público, voltada ao fortalecimento da cultura regional, ao incentivo à economia criativa, à promoção do turismo local, à valorização dos artistas regionais e ao fomento das cadeias produtivas vinculadas ao café e ao cacau, segmentos de expressiva importância econômica para o Município.

6.1.3. A necessidade da contratação encontra respaldo na Lei Municipal nº 4.770/PMC/2021, que instituiu o Dia e a Semana Municipal do Café e do Cacau, estabelecendo o dever do Poder Público de promover atividades, eventos e ações voltadas ao fortalecimento dessas cadeias produtivas. Ademais, a presente contratação observa as diretrizes da Lei Municipal nº 5.491/PMC/2024 – “Lei do Artista da Casa”, que impõe à Administração o dever de fomentar a participação de artistas locais nas programações culturais oficiais.

6.1.4. No aspecto operacional, o objeto revela-se indispensável para assegurar o acompanhamento musical técnico dos candidatos participantes do FERCACAU, a realização de ensaios prévios para alinhamento artístico, a continuidade e padronização das execuções musicais, bem como a qualidade técnica das apresentações e o fiel cumprimento do cronograma oficial do evento.

6.1.5. Ressalta-se que a ausência da contratação comprometeria diretamente o suporte técnico aos participantes do festival, a qualidade artística da programação cultural, a efetividade das

ações promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura – SEMC e, por conseguinte, o atendimento ao interesse público relacionado ao acesso à cultura e à valorização das manifestações culturais locais.

6.1.6. Cumpre destacar, ainda, que a edição anterior da CAFECAU registrou público estimado em aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil) pessoas ao longo de três dias de evento, evidenciando sua relevância social, cultural e econômica. O relatório institucional da 4ª CAFECAU/2025 demonstrou impactos positivos no fortalecimento do comércio local, no incentivo aos artesãos e às agroindústrias, na valorização da cultura regional, na participação de artistas locais e no estímulo ao turismo cultural e à integração social da população.

6.1.7. Dessa forma, resta plenamente caracterizada a necessidade administrativa da presente contratação, evidenciando-se sua essencialidade para a adequada execução das políticas públicas culturais desenvolvidas pelo Município de Cacoal/RO.

6.2. JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:

6.2.1. A finalidade pública da presente contratação baseia-se no estrito cumprimento das normas constitucionais e no alcance de metas socioeconômicas legítimas, afastando de forma definitiva qualquer ideia de mero entretenimento supérfluo e consolidando a despesa como investimento público estratégico.

6.2.2. Sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro, a ação administrativa encontra amparo direto no artigo 23, inciso V, da Constituição Federal, que estabelece a competência comum dos entes públicos para proporcionar os meios de acesso à cultura, combinado com o artigo 215, que impõe ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, apoiando e incentivando a valorização e a divulgação das manifestações locais. No âmbito do Município de Cacoal/RO, essa obrigação foi devidamente estabelecida e detalhada por meio das Leis Municipais nº 4.770/PMC/2021 e nº 5.491/PMC/2024, cujas determinações impõem à Administração o dever de agir como agente de incentivo cultural e econômico.

6.2.3. Para fins de conformidade com o princípio da impessoalidade e da finalidade, o interesse público protegido por esta contratação subdivide-se em três eixos integrados de resultados:

- O evento atua como instrumento de inclusão social, garantindo à população, de forma gratuita, o acesso a atrações culturais de elevada qualidade técnica e artística. A contratação do suporte técnico e musical não é um fim em si mesma, mas o meio

indispensável para viabilizar a realização do "FERCACAU", assegurando tratamento igualitário, profissional e digno aos artistas locais inscritos, em total acordo com a "Lei do Artista da Casa".

- O Poder Público atua aqui como motor do desenvolvimento. As cadeias produtivas do café e do cacau representam setores estratégicos da economia de Cacoal. Ao promover a "5ª CAFECAU", a prefeitura estimula diretamente a economia criativa, o agronegócio familiar, as agroindústrias e o artesanato local. O gasto público justifica-se pelo retorno financeiro indireto obtido pelo município através do aquecimento do comércio, da rede hoteleira, do setor de eventos e da gastronomia, gerando emprego e renda para a comunidade.
- Em atendimento às exigências do artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que proíbe decisões baseadas apenas em ideias jurídicas abstratas sem considerar as consequências práticas, a finalidade pública desta contratação está solidamente baseada em dados reais. O Relatório Institucional da edição anterior (4ª CAFECAU/2025) comprova o alcance social da iniciativa, que atraiu um público aproximado de 25.000 (vinte e cinco mil) pessoas e gerou impacto econômico positivo no comércio local. A ligação direta entre o investimento público e o benefício social para todos encontra-se, portanto, plenamente demonstrada.

6.2.4. Por todo o exposto, fica evidente que o objeto desta contratação atende perfeitamente ao conceito de bem comum. A aplicação dos recursos do orçamento atende ao princípio da eficiência e ao interesse público, convertendo a verba financeira em desenvolvimento econômico real, preservação da identidade cultural e bem-estar social para a população do Município de Cacoal/RO.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

8. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. No que se refere à forma de contratação, a Administração Pública Municipal opta pela contratação do objeto em item único, tendo em vista a natureza integrada e a elevada interdependência entre as etapas que compõem o objeto.

8.2. A divisão do objeto, no presente caso, revela-se tecnicamente inviável e potencialmente prejudicial à adequada execução dos serviços, uma vez que o acompanhamento musical dos candidatos, a realização de ensaios prévios e o suporte técnico especializado no âmbito do “FERCACAU” constituem um conjunto indissociável de atividades, que demandam atuação contínua, uniforme e coordenada por uma mesma equipe técnica e artística. Tal circunstância é essencial para assegurar a padronização das execuções musicais e a isonomia de condições entre os participantes.

8.3. Ademais, a contratação unificada permite a centralização da responsabilidade pela execução do objeto em um único contratado, o que se mostra medida necessária diante da complexidade técnica e operacional do evento. A fragmentação da execução entre múltiplos prestadores poderia gerar falhas de comunicação, dificuldades na fiscalização contratual e comprometimento da eficiência administrativa, além de dificultar a pronta responsabilização por eventuais inconformidades.

8.4. Sob o aspecto logístico, destaca-se que a organização da 5ª edição da CAFECAU e do FERCACAU exige rigoroso cumprimento de cronograma, com integração plena entre as fases de ensaio e as apresentações oficiais. A adoção de contratação em item único garante que a mesma equipe responsável pelos ensaios conduza as apresentações, assegurando continuidade, alinhamento técnico e fluidez na execução das atividades, mitigando riscos de atrasos e descompassos operacionais.

8.5. Dessa forma, resta evidenciado que o parcelamento do objeto comprometeria a qualidade técnica, a segurança e a eficiência das apresentações culturais, configurando risco ao interesse público. Assim, a contratação em item único apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e segura para a plena consecução dos objetivos pretendidos pela Administração Pública Municipal.

9. QUADRO RESUMO, METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS ADOTADA E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO AO CUSTO TOTAL ESTIMADO

QUADRO RESUMO – DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E CUSTO ESTIMADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE CONJUNTO MUSICAL/BANDA	SERVIÇO	03	R\$ 11.333,33	R\$ 33.999,99

	<p>ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO MUSICAL DOS CALOUROS PARTICIPANTES DO “FERCACAÚ”, BEM COMO DOS ARTISTAS LOCAIS DURANTE A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA 5ª EDIÇÃO DA CAFECAU, EVENTO QUE SERÁ REALIZADO ENTRE OS DIAS 26 E 28 DE JUNHO DE 2026, GARANTINDO SUPORTE TÉCNICO E ARTÍSTICO ADEQUADO ÀS APRESENTAÇÕES CULTURAIS.</p> <p>1 - RESSALTA-SE QUE A BANDA CONTRATADA REALIZARÁ, ALÉM DAS APRESENTAÇÕES OFICIAIS, 02 (DOIS) DIAS DE ENSAIOS PRÉVIOS COM OS ARTISTAS PARTICIPANTES DO SHOW DE CALOUROS, PROPORCIONANDO ALINHAMENTO MUSICAL, ORGANIZAÇÃO DAS PERFORMANCES E MAIOR QUALIDADE TÉCNICA NAS APRESENTAÇÕES AO PÚBLICO PRESENTE.</p> <p>2 - SOBRE OS ENSAIOS E APRESENTAÇÕES DO SHOW DE CALOUROS: A CONTRATADA DEVERÁ ESTAR DISPONÍVEL NO MUNICÍPIO NO DIA 24 DE JUNHO DE 2026, IMPRETERIVELMENTE ÀS 08H00MIN, PARA INÍCIO DOS ENSAIOS, QUE SERÃO</p>				
--	--	--	--	--	--

<p>DIVIDIDOS EM 03 (TRÊS) PERÍODOS, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 02 (DUAS) HORAS E MÁXIMA DE 03 (TRÊS) HORAS POR PERÍODO, COMPREENDENDO OS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, TOTALIZANDO CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 06 (SEIS) HORAS E MÁXIMA DE 09 (NOVE) HORAS DIÁRIAS DE ENSAIO.</p> <p>3 - A CONTRATADA REALIZARÁ O ACOMPANHAMENTO MUSICAL DOS CALOUROS DURANTE AS APRESENTAÇÕES DO “FERCACAÚ” NOS 03 (TRÊS) DIAS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO, ENTRE OS DIAS 26 E 28 DE JUNHO DE 2026, EM HORÁRIOS DEFINIDOS CONFORME A PROGRAMAÇÃO OFICIAL.</p> <p>4 - A BANDA CONTRATADA TAMBÉM DEVERÁ EXECUTAR SHOW MUSICAL PRÓPRIO NOS DIAS 26 E 27 DE JUNHO DE 2026, DURANTE A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA 5ª EDIÇÃO DA CAFECAU – SEMANA MUNICIPAL DO CAFÉ E DO CACAU, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 02 (DUAS) HORAS E MÁXIMA DE 04 (QUATRO) HORAS POR APRESENTAÇÃO, EXCLUÍDOS OS PERÍODOS DESTINADOS À PASSAGEM E</p>				
--	--	--	--	--

	<p>REGULAGEM DE SOM. OS HORÁRIOS DE INÍCIO DAS APRESENTAÇÕES SERÃO DEFINIDOS PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO, CONFORME A PROGRAMAÇÃO OFICIAL.</p> <p>5 - COMPOSIÇÃO MÍNIMA EXIGIDA - BANDA MUSICAL COMPLETA COMPOSTA DE NO MÍNIMO: 1 (UM) BATERISTA, 1 (UM) CONTRABAIXISTA, 1 (UM) GUITARRISTA, 1(UM) VIOLONISTA, 1 (UM) TECLADISTA OU SANFONEIRO</p> <p>6 – O “FERCACAU” SERÁ DIVIDIDO EM 03 (TRÊS) CATEGORIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • GOSPEL REGIONAL; • POPULAR REGIONAL; • KIDS REGIONAL. <p>CADA CATEGORIA CONTERÁ COM 10 (DEZ) CLASSIFICADOS APTOS À APRESENTAÇÃO, CONFORME O CRONOGRAMA ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • FESTIVAL GOSPEL REGIONAL – 26 DE JUNHO DE 2026 – 20H00MIN; •FESTIVAL POPULAR REGIONAL – 27 DE JUNHO DE 2026 – 20H00MIN; • FESTIVAL KIDS REGIONAL – 28 DE JUNHO DE 2026 – 20H00MIN. <p>7 - AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, ENSAIOS, OPERAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS,</p>				
--	--	--	--	--	--

	EQUIPAMENTOS DE SOM E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CORRERÃO POR CONTA DA CONTRATADA.				
--	--	--	--	--	--

9.1. DETALHAMENTO TÉCNICO APLICÁVEL AO OBJETO:

9.2. Contratação de 01 (um) conjunto musical/banda regional, especializada na execução de diversos gêneros musicais, incluindo MPB, gospel, rock e sertanejo, composta por músicos profissionais devidamente capacitados para o acompanhamento musical de apresentações culturais e a realização de shows artísticos durante a 5ª edição da CAFECAU, devendo possuir, obrigatoriamente, no mínimo, a seguinte composição:

- I.** 01 (um) baterista;
- II.** 01 (um) contrabaixista;
- III.** 01 (um) guitarrista;
- IV.** 01 (um) violonista;
- V.** 01 (um) tecladista ou sanfoneiro.

9.3. DETALHAMENTO QUANTO A METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS E CONCLUSÃO DO CUSTO TOTAL ESTIMADO:

9.3.1. O procedimento de pesquisa e formação da estimativa de preços observou os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os critérios e metodologias para a obtenção de preços de referência nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública.

9.3.2. A metodologia adotada para o levantamento de mercado baseou-se na utilização combinada de pesquisa eletrônica e pesquisa direta junto ao mercado local, contemplando a consulta a pessoas jurídicas que exercem atividades compatíveis com o objeto pretendido. A pesquisa eletrônica foi realizada por meio de fontes públicas e especializadas, permitindo a obtenção de referências atualizadas e amplamente praticadas, enquanto a pesquisa direta possibilitou a coleta de informações junto a prestadores de serviços atuantes na região, assegurando maior aderência à realidade local.

9.3.3. O custo estimado perfaz **R\$ 33.999,99 (TRINTA E TRÊS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).**

9.3.4. O objeto demandado não se amolda aos artigos de luxo, nos termos contidos no art.20 da Lei nº 14.133/21.

9.4. HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO:

9.4.1. Considerando que a presente contratação configura inovação no âmbito da programação cultural da CAFECAU, notadamente em razão da ampliação da participação de artistas regionais e locais sediados no Estado de Rondônia, não há registros pretéritos de contratações com objeto equivalente que permitam a utilização de memória de cálculo ou parâmetros comparativos baseados em exercícios anteriores.

9.4.2. Ressalta-se que a modelagem ora adotada apresenta características específicas e inéditas no contexto do evento, especialmente no que se refere à estruturação do acompanhamento musical técnico aos participantes do FERCACAU, o que inviabiliza a utilização de séries históricas como referência para estimativas quantitativas ou qualitativas.

9.4.3. Dessa forma, a ausência de histórico de consumo não decorre de falha de planejamento, mas sim da natureza inovadora da contratação, sendo as estimativas e definições do objeto fundamentadas em análise técnica atual, alinhada às necessidades da Administração Pública Municipal e aos objetivos institucionais do evento.

10. REQUISITOS LEGAIS, NORMATIVOS E TÉCNICOS APLICÁVEIS AO OBJETO

10.1. A execução do objeto deverá observar integralmente os requisitos legais, normativos e técnicos aplicáveis, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços, a qualidade das apresentações e a conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

10.2. No âmbito legal, a contratação deverá atender às disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público. Deverá, ainda, observar o disposto na Lei Municipal nº 4.770/PMC/2021, que institui o Dia e a Semana Municipal do Café e do Cacao, e na Lei Municipal nº 5.491/PMC/2024 – “Lei do Artista da Casa”, no que se refere à valorização e participação de artistas locais nas programações culturais promovidas pela Administração Pública Municipal.

10.3. No que se refere aos requisitos normativos, deverão ser observadas as normas e regulamentos aplicáveis à realização de eventos públicos, especialmente aqueles relacionados à segurança, acessibilidade, controle de público, direitos autorais e execução musical, incluindo,

quando aplicável, o recolhimento de direitos autorais junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, bem como a obtenção de eventuais licenças e autorizações exigidas pelos órgãos competentes.

10.4. No aspecto técnico, a execução dos serviços deverá observar padrões mínimos de qualidade e desempenho, compreendendo:

- I. disponibilização de conjunto musical/banda com qualificação técnica compatível com o objeto contratado;
- II. realização de ensaios prévios com os candidatos participantes do FERCACAU, garantindo alinhamento artístico e musical;
- III. acompanhamento musical ao vivo durante as apresentações, assegurando sincronia, qualidade sonora e fidelidade aos estilos musicais exigidos;
- IV. utilização de equipamentos e instrumentos musicais em perfeito estado de funcionamento, adequados às exigências do evento;
- V. cumprimento rigoroso do cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura – SEMC;
- VI. observância das normas de segurança do trabalho e de prevenção de riscos durante a execução dos serviços;
- VII. atuação coordenada com a equipe técnica do evento, garantindo integração operacional e qualidade das apresentações.

10.5. Deverá, ainda, o contratado manter conduta profissional compatível com a natureza institucional do evento, observando padrões éticos, de urbanidade e respeito às diretrizes da Administração Pública.

11. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTROS PROCESSOS

11.1. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

11.1.1. Para a adequada implementação da solução pretendida, caberá à Administração Pública Municipal adotar, previamente à execução contratual, as providências necessárias à organização e estruturação do ambiente em que se dará a prestação dos serviços, de modo a assegurar condições plenas para o desempenho das atividades pelo contratado.

11.1.2. Dentre as providências prévias a serem adotadas, destacam-se:

- I. elaboração e divulgação do cronograma oficial do evento, contemplando datas, horários e

ordem das apresentações;

- II.** articulação e alinhamento com os candidatos participantes do FERCACAU, incluindo orientações quanto à dinâmica dos ensaios e apresentações;
- III.** disponibilização da infraestrutura básica necessária à realização do evento, incluindo palco, sistema de sonorização, iluminação e demais recursos logísticos, quando não integrantes do escopo do contratado;
- IV.** designação de equipe técnica responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- V.** obtenção de autorizações, licenças e demais providências administrativas necessárias à realização de evento público, quando aplicável.

11.1.3. Registre-se que tais providências possuem caráter preparatório e organizacional, sendo indispensáveis para assegurar a adequada integração entre a atuação da Administração e a execução dos serviços contratados.

11.1.4. Dessa forma, uma vez implementadas as medidas acima elencadas, não subsistirão óbices de ordem técnica, administrativa ou logística ao regular início da execução contratual, a qual deverá ocorrer em conformidade com o planejamento estabelecido e as disposições deste Termo de Referência.

11.2. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:

11.2.1. Para a plena execução do objeto, verifica-se a existência de contratações correlatas e interdependentes, as quais, embora possuam objetos distintos, guardam relação direta com a viabilização e o adequado funcionamento da programação cultural da 5ª edição da CAFECAU e do FERCACAU.

11.2.2. Dentre as contratações correlatas, destacam-se aquelas voltadas à estruturação do evento, tais como serviços de sonorização, iluminação, montagem de palco, locação de equipamentos, produção executiva, segurança, apoio logístico, bem como demais serviços necessários à realização de eventos de médio e grande porte.

11.2.3. No que se refere à interdependência, ressalta-se que a execução do objeto ora pretendido, consistente no acompanhamento musical dos candidatos participantes do FERCACAU, está diretamente vinculada à adequada disponibilização da infraestrutura técnica e operacional do evento, notadamente palco, sistema de som, iluminação e organização do cronograma, elementos indispensáveis para a realização dos ensaios e das apresentações

artísticas.

11.2.4. Não obstante a relação de interdependência operacional, registra-se que tais contratações poderão ser conduzidas de forma autônoma, desde que devidamente planejadas e coordenadas pela Administração, de modo a assegurar a compatibilidade entre os objetos, a integração das equipes envolvidas e o cumprimento do cronograma estabelecido.

11.2.5. Dessa forma, conclui-se que as contratações correlatas e interdependentes devem ser consideradas no planejamento global do evento, a fim de garantir a eficiência, a continuidade e a qualidade da execução das ações culturais, bem como o pleno atendimento ao interesse público.

12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

12.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os valores atualizados por Decreto Federal vigente à época da contratação, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

12.2. A adoção da dispensa de licitação justifica-se em razão de o valor estimado da contratação encontrar-se dentro do limite legal estabelecido para a contratação direta de serviços comuns, conforme demonstrado na estimativa preliminar de preços elaborada pela Administração.

12.3. A seleção da proposta observará o critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando tratar-se de solução integrada e indivisível, cuja fragmentação poderá comprometer:

- I.** a padronização técnica;
- II.** a integração musical entre os profissionais;
- III.** a qualidade artística das apresentações;
- IV.** a logística operacional do evento;
- V.** a eficiência da fiscalização contratual.

12.4. Ressalta-se que a licitação constitui a regra para as contratações públicas, sendo instrumento destinado à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Contudo, a própria legislação estabelece hipóteses excepcionais em que a realização do certame

licitatório mostra-se inviável ou desnecessária, admitindo-se, nesses casos, a contratação direta, conforme previsto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. No caso em apreço, verifica-se a possibilidade jurídica de adoção da dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras, conforme valores atualizados pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.

12.6. Conforme leciona Marçal Justen Filho, a dispensa de licitação constitui exceção à regra geral, devendo ser interpretada de forma restritiva e devidamente fundamentada em razões de conveniência e oportunidade, observadas as hipóteses legais e os requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

12.7. Nos procedimentos administrativos para a contratação, a Administração deverá, ainda, certificar-se do atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Por fim, destaca-se que a presente contratação visa atender demanda da Secretaria Municipal de Cultura – SEMC, sendo indispensável à execução da programação cultural da 5ª edição da CAFECAU – Semana Municipal do Café e do Cacau, especialmente no que se refere à realização do “FERCACAU” – Festival da Canção do Café e do Cacau, evidenciando-se o atendimento ao interesse público.

13. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA

13.1. Fica expressamente vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto da presente contratação, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A vedação decorre da natureza técnica, artística e personalíssima dos serviços a serem executados, os quais exigem atuação direta da empresa contratada e da equipe musical apresentada na fase de habilitação, especialmente quanto à realização dos ensaios, acompanhamento musical dos participantes do “FERCACAU”, execução das apresentações artísticas e cumprimento da programação oficial da 5ª edição da CAFECAU.

13.3. A execução indireta por terceiros poderia comprometer a padronização artística, a qualidade técnica das apresentações, a compatibilidade musical necessária ao acompanhamento

dos candidatos do festival, bem como a regular continuidade dos serviços contratados, afetando diretamente o interesse público envolvido na realização do evento cultural.

13.4. Dessa forma, toda a execução contratual deverá ocorrer exclusivamente por intermédio da empresa contratada e de sua equipe técnica/artística vinculada, vedando-se:

- a) a transferência da execução dos serviços para terceiros;
- b) a substituição da banda ou dos músicos sem autorização expressa da Administração;
- c) a cessão do contrato a terceiros;
- d) a transferência de responsabilidades contratuais;
- e) qualquer forma de intermediação que descaracterize a execução direta do objeto pela contratada.

13.5. A inobservância das disposições previstas neste item ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

14. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

14.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio na presente contratação.

14.2. A vedação justifica-se em razão da natureza do objeto, que demanda execução direta, integrada e personalíssima dos serviços, especialmente no que se refere à atuação conjunta e sincronizada da equipe musical responsável pelo acompanhamento dos participantes do FERCACAU.

14.3. A eventual participação de empresas em consórcio não se mostra técnica nem operacionalmente vantajosa, podendo comprometer a padronização artística, a uniformidade das execuções musicais, a coordenação entre os profissionais envolvidos e a eficiência da fiscalização contratual.

15. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

15.1. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, a documentação nos termos estabelecidos na Lei Federal N.º 14.133/2021:

15.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.2.1. Cédula de identidade do(s) sócio(s) administrador (es) da empresa;

15.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

15.2.3. Ato constitutivo, Estatuto Social, Contrato Social ou sua consolidação e posteriores alterações, devidamente registradas na Junta Comercial e, no caso de sociedade por ações,

Estatuto Social, acompanhado da ata de eleição de sua atual Administração, registrados e publicados;

15.2.4. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

15.2.5. Documento oficial de identificação com foto e CPF do representante legal da empresa.

15.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

15.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ativo e dentro do ramo de atividade do objeto licitado;

15.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.3.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais, Seguridade Social e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, ou outra equivalente, na forma da Lei;

15.3.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;

15.3.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;

15.3.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), consoante disposição do art. 195, § 3º, da CF/1988 ou outra equivalente na forma da Lei;

15.3.7. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou outra equivalente na forma da Lei;

15.3.8. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz

15.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

15.5. A licitante deverá apresentar documentação apta a comprovar capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, mediante:

- a)** apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a aptidão para a execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação, com desempenho satisfatório;

- b) os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa proponente;
- c) no caso de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, a assinatura deverá conter reconhecimento de firma por autenticidade;
- d) o licitante poderá ser convocado, a título de diligência, a apresentar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, incluindo, quando solicitado pela Administração, notas fiscais, cópias de contratos, indicação do endereço da contratante e do local de execução do objeto, entre outros documentos pertinentes.

15.6. COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL E OPERACIONAL:

15.6.1. A licitante deverá apresentar declaração de que dispõe de capacidade operacional, logística e técnica suficiente para a execução integral do objeto, responsabilizando-se por:

- a) transporte da equipe e dos instrumentos musicais;
- b) alimentação e hospedagem dos músicos, quando necessário;
- c) cumprimento dos horários definidos pela organização do evento;
- d) realização dos ensaios prévios exigidos no Termo de Referência;
- e) substituição imediata de integrante impossibilitado de participar da apresentação, sem prejuízo da qualidade técnica dos serviços.

15.7. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

15.7.1. A licitante deverá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições de execução dos serviços, especialmente quanto:

- a) à programação oficial da 5ª CAFECAU e do FERCACAU;
- b) aos horários de ensaios e apresentações;
- c) às condições estruturais do local do evento;
- d) à necessidade de compatibilidade musical para acompanhamento dos candidatos participantes do festival.

15.8. DA COMPATIBILIDADE TÉCNICA DO OBJETO:

15.8.1. Considerando a natureza artística, cultural e operacional dos serviços, a exigência de comprovação de aptidão técnica fundamenta-se na necessidade de assegurar a adequada execução do objeto, garantindo qualidade artística, sincronização musical, continuidade das apresentações e suporte técnico eficiente aos participantes do FERCACAU e aos artistas locais,

em observância aos princípios da eficiência, do interesse público, do planejamento e da continuidade do serviço público cultural, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.9. VEDAÇÃO DE EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS:

15.9.1. As exigências de qualificação técnica previstas neste instrumento possuem caráter estritamente necessário à garantia da execução contratual, sendo vedada a inclusão de cláusulas excessivas, irrelevantes ou potencialmente restritivas à competitividade, nos termos do art. 9º, inciso I, alínea “a”, e do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em conformidade com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU.

16. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

16.8. LOCAL:

16.8.1. A execução dos serviços terá início após a formalização da contratação, mediante assinatura do instrumento contratual e/ou emissão da respectiva nota de empenho, devendo ocorrer impreterivelmente a partir do dia 24 de junho de 2026, às 08h00min, com o comparecimento da contratada no Município de Cacoal/RO para a realização dos ensaios técnicos prévios com os candidatos participantes do “FERCACAU – Festival da Canção do Café e do Cacau”, em conformidade com o cronograma oficial estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura – SEMC.

16.8.2. Os serviços serão executados no Complexo Beira Rio, bem como em outros espaços definidos pela organização oficial da 5ª edição da “CAFECAU – Semana Municipal do Café e do Cacau”, todos situados no Município de Cacoal/RO.

16.8.3. Ressalta-se que, em razão de necessidades operacionais, logísticas ou de organização do evento, poderá haver ajustes quanto aos locais específicos de execução, desde que mantidos dentro da estrutura oficial da CAFECAU, devendo tais alterações ser previamente comunicadas à contratada pela Administração.

16.8.4. A contratada deverá assegurar plena disponibilidade para atuação nos locais indicados, responsabilizando-se por sua logística de deslocamento, observando rigorosamente os horários, orientações e diretrizes estabelecidas pela organização do evento.

16.9. PRAZO:

16.9.1. A execução dos serviços terá início após a formalização da contratação, mediante assinatura do instrumento contratual e/ou emissão de instrumento hábil, devendo ocorrer impreterivelmente a partir do dia 24 de junho de 2026, às 08h00min, com o comparecimento da

contratada no Município de Cacoal/RO para a realização dos ensaios técnicos prévios com os candidatos participantes do “FERCACAU – Festival da Canção do Café e do Cacau”, em conformidade com o cronograma oficial estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura – SEMC.

16.9.2. O prazo de execução compreenderá todo o período necessário à realização dos ensaios prévios e das apresentações artísticas previstas na programação oficial da 5ª edição da “CAFECAU – Semana Municipal do Café e do Cacau”, devendo a contratada manter plena disponibilidade durante todas as fases do evento, conforme cronograma definido pela Administração.

16.9.3. A contratada deverá observar rigorosamente os prazos, horários e diretrizes estabelecidos, responsabilizando-se por sua logística de deslocamento e pela disponibilidade integral da equipe técnica e artística durante todo o período de execução contratual, sob pena de aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

16.10. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

16.10.1. A execução dos serviços observará o seguinte cronograma preliminar:

DATA	EVENTO
24/06/2026	ENSAIOS TÉCNICOS NOS PERÍODOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO
25/06/2026	ENSAIOS TÉCNICOS NOS PERÍODOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO
26/06/2026	FESTIVAL GOSPEL REGIONAL, COM APRESENTAÇÃO MUSICAL
27/06/2026	FESTIVAL POPULAR REGIONAL, COM APRESENTAÇÃO MUSICAL
28/06/2026	FESTIVAL KIDS REGIONAL

16.10.2. Os horários específicos das apresentações, passagens de som, regulagens técnicas e demais atividades operacionais serão previamente definidos pela Secretaria Municipal de Cultura – SEMC, conforme programação oficial do evento.

16.10.3. A contratada deverá permanecer integralmente disponível durante toda a programação oficial, responsabilizando-se pela continuidade da execução dos serviços, pelo cumprimento rigoroso dos horários estabelecidos e pelo pleno atendimento às demandas técnicas e artísticas da Administração.

16.10.4. O prazo de vigência contratual poderá ser superior ao prazo de execução, quando necessário à formalização, fiscalização, liquidação e pagamento da despesa, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.11. Eventuais alterações no cronograma, decorrentes de caso fortuito, força maior, interesse público ou necessidades operacionais do evento, poderão ser promovidas pela Administração Pública, mediante comunicação prévia à contratada, sem prejuízo da execução do objeto contratado.

17. COMPOSIÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.8. COMPOSIÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL E VIGÊNCIA:

17.8.1. O ajuste entre a Administração e a licitante vencedora será formalizado mediante a celebração do Instrumento de Contrato, cuja eficácia estará condicionada à publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.8.2. A critério da Administração, e desde que observadas as hipóteses legais aplicáveis, o instrumento de contrato poderá ser substituído por instrumento hábil, tais como nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de serviço ou outro documento equivalente, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

17.8.3. Nessa hipótese, o instrumento substitutivo deverá conter os elementos essenciais à caracterização da contratação, inclusive quanto ao objeto, prazo, condições de execução, valor, obrigações das partes e sanções aplicáveis, assegurando-se a plena vinculação às disposições deste Termo de Referência e à proposta vencedora.

17.9. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

17.9.1. Independentemente de transcrição, integram o contrato, para todos os fins de direito, formando um todo unitário e indivisível:

- I.** O Instrumento Principal (Termo de Contrato);
- II.** O Termo de Referência;
- III.** A Proposta de Preços da contratada, devidamente ajustada;
- IV.** Os documentos técnicos e anexos apresentados na fase de habilitação que guardem relação com a execução do objeto.

17.10. FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA:

17.10.1. Após a convocação formal, a adjudicatária deverá assinar o instrumento contratual no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decadência do direito à contratação e aplicação das sanções previstas.

17.10.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada da parte e aceite da Administração.

17.11. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

17.11.1. PRAZO E INÍCIO:

17.11.1.1. O contrato terá prazo de vigência de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de sua assinatura, ficando o início da execução condicionado à emissão da respectiva Ordem de Serviço ou de instrumento equivalente.

17.11.2. PRORROGAÇÃO:

17.11.2.1. Considerando a natureza não continuada do objeto, a vigência contratual poderá ser prorrogada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja necessidade devidamente justificada, visando à conclusão da execução do objeto, ao reequilíbrio do cronograma ou ao atendimento de situações supervenientes, mediante autorização da autoridade competente e formalização do respectivo termo aditivo.

17.12. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

17.12.1. Toda e qualquer alteração dos termos contratuais será formalizada obrigatoriamente por meio de Termo Aditivo, precedido de instrução processual contendo justificativa técnica e parecer jurídico.

17.12.2. ALTERAÇÕES UNILATERAIS:

17.12.2.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, em virtude de modificações qualitativas ou quantitativas determinadas pela Administração.

17.12.3. ALTERAÇÕES CONCENSUAIS:

17.12.3.1. Poderão ocorrer alterações por acordo entre as partes, visando a substituição da garantia de execução ou modificação do regime de execução e modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos originais, desde que não haja transfiguração do objeto.

17.12.4. MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

17.12.4.1. A revisão dos preços poderá ser facultada para restabelecer a relação de proporcionalidade entre encargos e remuneração, desde que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, nos moldes da teoria da imprevisão.

18. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E ALINHAMENTO COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS VIGENTES

18.1. Atesta-se que, consoante as informações exaradas pela unidade demandante, a necessidade em apreço não se encontra contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), não estando, portanto, alinhada ao planejamento previamente estabelecido. Todavia, tal circunstância não constitui óbice à sua realização, considerando a superveniência da demanda, a necessidade administrativa devidamente justificada e o interesse público envolvido, os quais impõem a adoção das medidas necessárias à sua viabilização. Ressalta-se, ainda, que a não previsão no PCA decorre do caráter inovador da solução proposta, especialmente no que se refere à ampliação e qualificação da programação cultural da CAFECAU, com a inclusão de novas dinâmicas artísticas e maior valorização de artistas regionais, circunstâncias que não puderam ser integralmente antecipadas no momento da elaboração do planejamento anual.

18.2. Ademais, verifica-se que a demanda apresenta plena compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, notadamente com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), encontrando-se alinhada às ações governamentais e à correspondente previsão de recursos orçamentários necessários à sua execução.

18.3. Dessa forma, resta devidamente demonstrado que a iniciativa observa os pressupostos de legalidade, planejamento e responsabilidade fiscal, assegurando sua regular inserção no contexto orçamentário e administrativo da Administração Pública, ainda que não prevista no Plano de Contratações Anual (PCA).

18.4. A execução do objeto observará rigorosamente as informações orçamentárias detalhadas na tabela subsequente, a qual discrimina os custos estimados, quantitativos e respectivas fontes de recursos, servindo como parâmetro para a adequada alocação financeira e controle da despesa pública. Dessa forma, assegura-se a compatibilidade entre a solução proposta e a disponibilidade orçamentária, garantindo a regularidade da execução contratual e a conformidade com os instrumentos de planejamento e gestão fiscal vigentes.

18.5. Por fim, registra-se que a execução da presente contratação correrá à conta de dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal de Cacoal, devidamente consignada no orçamento vigente, conforme rubrica orçamentária detalhada na tabela subsequente, a qual integra este instrumento para fins de controle, transparência e adequada alocação dos recursos públicos:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
AÇÃO PROGRAMÁTICA	MANUTENÇÃO DOS ATOS CULTURAIS – SEMC
ELEMENTO E SUBELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE	15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – EXERCÍCIO CORRENTE
REDUZIDO	294

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

19.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

19.1.1. Requisitar a entrega mediante entrega de Nota de Empenho à empresa compromissária, conforme a existência de demanda e recursos orçamentários disponíveis;

19.1.2. Receber os serviços fornecidos, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

19.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á pela comissão de fiscalização indicados pela SEMC após a verificação do cumprimento das especificações do objeto, nos termos deste instrumento e da proposta adjudicatária.

19.1.4. Os serviços serão recusados quando, após a verificação do cumprimento dos parâmetros de aquisição/contratação, nos termos deste instrumento e da proposta adjudicatária, for constatado que estes se apresentam em desacordo com os parâmetros exigidos ou ainda se conterem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades, sendo emitido um relatório de Não conformidade do Serviço prestado, no qual deverá constar o motivo da recusa. Sendo estabelecido um novo prazo para que sejam sanadas as irregularidades constatadas.

19.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela **LICITANTE VENCEDORA**.

19.1.6. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos serviços, em moeda corrente em até 30 (trinta) dias, contados a partir do relatório de fiscalização da comissão e posteriormente emissão da Nota Fiscal devidamente atestada pelo secretário da pasta, aplicada as retenções legais.

19.1.7. No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho (CNDT).

19.1.8. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a contratada fica sujeita à retenção do pagamento, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

19.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

19.2.1. Acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de seu envio;

19.2.2. As obrigações da Contratada decorrem da aplicação da Lei nº 14.133/2021, das demais normas pertinentes e das disposições previstas neste Termo de Referência.

19.2.3. Realizar a entrega conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecer os serviços e materiais necessários à execução as suas expensas;

19.2.4. Fazer acompanhar a execução da respectiva nota fiscal, na qual deverá constar referência ao processo e à correspondente nota de empenho da despesa, com a devida discriminação dos valores;

19.2.5. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas quanto ao serviço adquirido;

19.2.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à entrega dos materiais.

19.2.7. Comunicar à Contratante, verbalmente no prazo de 3 (três) dias e por escrito no prazo de 5 (cinco) dias, quaisquer fatos ou circunstâncias que impeçam, ainda que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

19.2.8. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive as relativas à locomoção e encargos relacionados ao pessoal envolvido;

19.2.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

19.2.10. Não utilizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, nem qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

19.2.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

19.2.12. Responder integralmente pelos prejuízos que vier a causar à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente das demais sanções contratuais ou legais cabíveis.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, mediante depósito em conta indicada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do objeto, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada quanto à regular execução, sendo efetuadas as retenções tributárias e contribuições previstas na legislação vigente.

20.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à Contratante para fins de atesto, devendo conter a descrição do objeto, o número do contrato e os dados bancários da Contratada.

20.3. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) estar acompanhada(s) das certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista perante os órgãos competentes, admitindo-se certidões positivas com efeitos de negativas, nos termos da legislação aplicável.

20.4. Considerar-se-á como data do pagamento o dia em que constar como emitida a respectiva ordem bancária.

20.5. Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será acrescido de atualização monetária, calculada entre a data prevista para pagamento e a do efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; (IGP-M)

20.6. Havendo erro, inconsistência ou qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, com a indicação dos motivos que ensejaram sua rejeição, ficando o pagamento suspenso até a regularização da pendência. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da apresentação do documento fiscal regularizado, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

20.7. A Administração não efetuará pagamento sem prévia e formal autorização, relativamente a obrigações que lhe sejam cobradas diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, ressalvadas as determinações judiciais devidamente formalizadas.

20.8. Os encargos financeiros, processuais ou de qualquer outra natureza, decorrentes da inobservância de prazos ou obrigações por parte da CONTRATADA, serão de sua exclusiva responsabilidade.

21. REGIME DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Der causa à inexecução total do contrato;
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
- V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX. Fraudar a contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei);

IV. A aplicação da multa prevista no inciso II do art. 155 será calculada na forma do contrato ou instrumento hábil, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei;

V. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

VI. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);

VII. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);

VIII. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

IX. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

X. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para o Contratante;

21.4. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

21.5. Na aplicação das sanções deverá ser observado o princípio da proporcionalidade;

21.6. As sanções serão aplicadas sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros;

21.7. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

21.8. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

21.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021);

21.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das

sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021);

21.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

22.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes aplicáveis à execução do objeto deste Termo de Referência.

22.2. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para que a execução do objeto não resulte em qualquer forma de degradação ao meio ambiente.

22.3. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

22.3.1. A contratação poderá ensejar determinados impactos ambientais, ainda que de baixa magnitude, típicos de eventos culturais de caráter temporário.

22.3.2. Dentre os principais impactos potenciais, destacam-se: a geração de resíduos sólidos, decorrente da montagem de estruturas, utilização de equipamentos e consumo de materiais diversos; a emissão de ruídos provenientes da execução musical e operação de equipamentos de sonorização, podendo afetar a fauna local e o bem-estar da comunidade do entorno; o aumento do consumo de energia elétrica para funcionamento de sistemas de iluminação, amplificação sonora e demais aparatos técnicos; bem como a possível emissão de gases poluentes associada ao transporte de equipamentos, equipe técnica e artistas.

22.3.3. Adicionalmente, pode ocorrer interferência temporária na dinâmica local, especialmente em áreas próximas ao evento, em razão da concentração de público, circulação de veículos e necessidade de suporte logístico, o que pode gerar impactos indiretos, como aumento na produção de resíduos urbanos e pressão sobre serviços públicos.

22.3.4. Contudo, ressalta-se que tais impactos são, em sua maioria, temporários, reversíveis e passíveis de mitigação mediante a adoção de boas práticas de gestão ambiental, não configurando impedimento à realização do evento, desde que observadas as medidas adequadas de controle e minimização dos efeitos adversos.

22.4. DETALHAMENTO DE MEDIDAS MITIGADORAS:

22.4.1. Visando mitigar os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação, deverão ser adotadas medidas preventivas e corretivas pautadas em boas práticas de gestão ambiental e responsabilidade socioambiental.

22.4.2. No que se refere à geração de resíduos sólidos, deverá ser promovida a correta segregação, acondicionamento e destinação final ambientalmente adequada, com incentivo à coleta seletiva, disponibilização de recipientes apropriados em pontos estratégicos e orientação aos participantes, equipe técnica e público em geral quanto ao descarte consciente.

22.4.3. Para mitigação dos impactos sonoros, recomenda-se a observância dos limites legais de emissão de ruídos, com adequado controle dos níveis de pressão sonora, posicionamento estratégico das caixas acústicas, de modo a reduzir eventuais incômodos à comunidade do entorno e minimizar interferências sobre a fauna.

22.4.4. Quanto ao consumo de energia elétrica, deverão ser priorizados equipamentos com maior eficiência energética, bem como a adoção de práticas de uso racional, evitando desperdícios e desligando equipamentos quando não estiverem em operação. Sempre que possível, recomenda-se a utilização de fontes de energia mais sustentáveis.

22.4.5. Em relação às emissões atmosféricas oriundas do transporte de equipamentos e equipes, sugere-se o planejamento logístico otimizado, com redução de deslocamentos desnecessários, utilização de veículos adequadamente revisados e, quando viável, o compartilhamento de transporte entre os envolvidos.

22.4.6. Adicionalmente, a organização do evento deverá promover ações de conscientização ambiental junto aos participantes e público, reforçando a importância da preservação do espaço utilizado, bem como garantir a limpeza e a recuperação da área após o encerramento das atividades.

22.4.7. Dessa forma, mediante a implementação das medidas mitigadoras ora propostas, os impactos ambientais identificados poderão ser significativamente reduzidos, assegurando que a realização do evento ocorra de forma ambientalmente responsável e em consonância com os princípios da sustentabilidade.

23. DEMONSTRAÇÃO DAS PRETENSÕES A SEREM ALCANÇADAS

23.1. Com a futura contratação, a Administração Pública Municipal almeja alcançar os seguintes resultados e objetivos institucionais:

- a) Promover a valorização e difusão da cultura regional por meio da realização de apresentações musicais e do incentivo à participação de artistas locais, em consonância com a Lei Municipal nº 5.491/PMC/2024 – “Lei do Artista da Casa”, fomentando o desenvolvimento artístico-cultural no âmbito do Município de Cacoal/RO.
- b) Assegurar a adequada realização do festival musical “FERCACAU”, mediante a oferta de suporte técnico e artístico qualificado aos candidatos participantes, fortalecendo as manifestações culturais locais e promovendo o acesso democrático à cultura e ao entretenimento.
- c) Estimular a participação da comunidade nas ações culturais promovidas pela Administração Pública, contribuindo para o fortalecimento do convívio social, do sentimento de pertencimento e da integração entre artistas, produtores culturais, população local e visitantes.
- d) Contribuir para o dinamismo da economia local, por meio do fomento ao turismo cultural e ao fortalecimento da cadeia produtiva de eventos, beneficiando o comércio, o setor gastronômico, os artesãos e as agroindústrias participantes da CAFECAU.
- e) Assegurar elevado padrão técnico e artístico nas apresentações musicais e no acompanhamento dos participantes do festival, garantindo organização, sincronização, qualidade sonora e a adequada execução da programação cultural.
- f) Fortalecer institucionalmente a CAFECAU como evento integrante do calendário oficial do Município de Cacoal, nos termos da Lei Municipal nº 4.770/PMC/2021, contribuindo para sua continuidade, ampliação e consolidação nas edições futuras.
- g) Assegurar à população o acesso gratuito às atividades culturais, artísticas e de entretenimento promovidas pelo Poder Público Municipal, em observância aos arts. 215 e 216 da Constituição Federal, promovendo a democratização do acesso à cultura, a inclusão social e a valorização das expressões artísticas regionais.
- h) Garantir a execução eficiente, contínua e organizada da programação artística da 5ª edição da CAFECAU, mitigando riscos operacionais, falhas técnicas e eventuais prejuízos à realização do evento, de modo a assegurar o pleno atendimento do interesse público que fundamenta a presente contratação.

24. CASOS OMISSOS

24.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto no Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira, disposições de direito privado e regulamentações expressas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Cacoal/RO, 01 de junho de 2026.

RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO:

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

RAIANE FERREIRA MOREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SEMC

Em face do exposto no presente Termo de Referência, e considerando a consistência das informações técnicas, operacionais e de planejamento nele contidas, o signatário abaixo identificado manifesta sua **APROVAÇÃO INTEGRAL** do referido instrumento.

Reconhece-se que o Termo de Referência reúne os elementos necessários à adequada caracterização do objeto, à estimativa de custos e à definição dos critérios de execução e participação, de forma clara, objetiva e suficiente, restando evidenciada a sua aptidão para subsidiar o regular prosseguimento do procedimento licitatório e o atendimento do interesse público.

Declara, ainda, que as informações relativas às respectivas áreas de atuação encontram-se devidamente analisadas e validadas, especialmente quanto à compatibilidade da demanda com as necessidades institucionais identificadas.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
SANDER RECHESKI RAMOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
DECRETO Nº 11.126/PMC/2026

